



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - DÍVIDA PÚBLICA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1588/09	DATA: 23/09/2009
INÍCIO: 14h51min	TÉRMINO: 17h09min	DURAÇÃO: 02h17min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h17min	PÁGINAS: 51	QUARTOS: 28

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MÁRCIO POCHMANN – Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA.
RAUL VELLOSO – Consultor Econômico.

SUMÁRIO: Discussão sobre o tema *Impacto das políticas macroeconômicas na Dívida Pública Brasileira*.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há falha na gravação.
Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a dívida pública da União, Estados e Municípios, o pagamento de juros da mesma, os beneficiários desses pagamentos e o seu impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do País.

Encontra-se sobre as bancadas cópia da ata da 5ª reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura.

Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, tendo sido distribuída a ata com antecedência, peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Havendo concordância de todos, fica dispensada a leitura e passa-se à discussão da ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam nos seus lugares. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunico a V.Exas. que o Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, encaminhou os documentos à Comissão Especial do Senado para a Dívida Externa e à Comissão Mista, solicitados no Requerimento nº 14/09, do Deputado Ivan Valente.

Comunico, também, que os Consultores Legislativos João Ricardo Santos Torres da Motta e José de Ribamar Barreiro Soares foram designados para prestar assessoramento a esta CPI.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para tratar do tema *Impacto das políticas macroeconômicas na Dívida Pública Brasileira*, com a exposição do Dr. Marcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, e do Dr. Raul Velloso, Consultor Econômico.

Convido o Dr. Raul Velloso, Consultor Econômico, a tomar lugar aqui — muito obrigado por aceitar o convite —, e o Prof. Pochmann também.

Antes de passar a palavra aos expositores, peço a atenção dos presentes para os procedimentos que vamos adotar.



O tempo concedido aos expositores será de 20 minutos, prorrogáveis, não podendo ser aparteados durante a exposição. Os Deputados interessados em tecer considerações deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. O Relator disporá do tempo que for necessário para suas considerações. O autor do requerimento terá preferência no uso da palavra e, regimentalmente, disporá de 15 minutos. Naturalmente, faço um apelo para que não use todo esse tempo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria fazer uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Os nossos debatedores já estão na Mesa, mas eu gostaria que nós, hoje, pegássemos todos os requerimentos para submetê-los à votação em globo e aprová-los. No final, eu sei que os debates vão se prolongar, começa a Ordem do Dia. Nós podíamos fazê-lo agora. Eu acho que não há óbice à aprovação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Então podíamos fazer o seguinte: vamos dividir aqui os requerimentos de informação. Eu peço aqui o apoio da Assessoria. Os de informação... Poderíamos fazer o seguinte: se alguém tiver algum destaque para retirar...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Mas pode ter.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ah, se tiver aqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Se algum Parlamentar tiver...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então vamos aprovar... Eu queria o encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Votaremos em globo, desde que alguém não peça...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - ...a retirada do requerimento de informação, que precisa ser votado em globo.

Por exemplo, esse...



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não só o de informação, mas todos os outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Sim, depois... em separado.

Por exemplo, esse aqui, do Márcio Reinaldo Moreira, que não se encontra aqui, é dirigido ao Ministério da Previdência.

Hoje, sabidamente, esse assunto é afeto à Receita Federal. Não sei se o Deputado Márcio Moreira gostaria de alterar o destinatário. *(Pausa.)*

Algum dos Srs. Deputados gostaria de retirar algum dos requerimentos? *(Pausa.)*

Eu estou sugerindo esse do Deputado Márcio Reinaldo. Podemos votar em separado ou...

Deputado Pannunzio, alguma objeção a algum dos requerimentos? *(Pausa.)*
Aos requerimentos de informação.

Deputado Pedro Fernandes.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Um minuto? Aguardo.

O que está parecendo aqui... Lembra-me aqui o nobre Relator que parece que ainda não houve amadurecimento suficiente dos membros da Comissão para... Estão pedindo tempo. Enquanto isso os nossos expositores ficam aqui aguardando. Então fica um certo incômodo.

Deputado Ivan Valente. *(Pausa.)*

Deputada Jô Moraes, V.Exa. gostaria de analisar os requerimentos? *(Pausa.)*
Por favor...

Gostaria de convidar o Vice-Presidente, Deputado Hugo Leal, para ficar à vontade e fazer parte da Mesa. Mas, se preferir a planície, pode também...

Recebi a informação, Deputada Jô, de que V.Exa. pretendia retirar um dos requerimentos.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Sr. Presidente, eu pretendia recolocar para reposicionar. A natureza é a mesma. São as informações acerca da renegociação da dívida pública do Estado de Minas Gerais com a União. E eu



considero que deve ser de todos os Estados com a União. Apenas um reposicionamento, que eu posso fazer por escrito no mesmo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Fazer uma pequena errata?

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - É uma pequena errata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Esteja à vontade.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, vamos começar. Trinta minutos já... Vamos começar com a audiência pública. Depois nós voltamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Vamos votar esse requerimento de informação. Depois passamos à audiência. Agora podemos fazer uma votação em globo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não, todos os de informação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas por que não, também, os de debates?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Eu teria de consultar se algum Deputado gostaria de retirar algum deles para votar em separado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Consulte. Nós estamos em reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Eu não vou votar em globo sem haver consenso sobre isso.

Vejo chegando aí o Deputado Berzoini. Gostaria de ouvi-lo para saber se ele está de acordo em votar em globo todos os requerimentos ou não. Aliás, todos os Deputados.

Eu tenho a impressão de que esse... Poderíamos votar em globo esses que já foram apreciados, de informação. Pode ser, Deputado Berzoini? Depois nós consultaríamos aqui também sobre esse do Deputado Márcio Reinaldo. Ele deveria ser direcionado à Receita. Hoje não é mais à Previdência. A dívida dos Municípios... Desde a criação da chamada Super-Receita...

Podemos fazer essa alteração ou retiramos para aguardar o Deputado?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Faz a modificação? É, pode aprovar sem a...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Cumpre o objetivo. O objetivo é obter a informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Portanto, é só direcionar ao órgão correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Hoje essas informações estão na Receita, na Super-Receita.

Então, com as 2 modificações já apontadas, vamos à votação.

Os Srs. Deputados que aprovam em globo os requerimentos com essas 2 alterações... Essa do requerimento...

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Retirado o Requerimento nº 31.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Vai retirar? (*Pausa.*)

Retirado o Requerimento nº 31, da Deputada Jô Moraes. É para votá-lo em separado ou V.Exa. o retirou?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Mas a outra modificação está mantida. Está resolvida. Portanto, com essas 2 modificações e com a retirada da Deputada Jô Moraes, em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam os requerimentos permaneçam em seus lugares. (*Pausa.*)

Aprovados.

Vamos passar à audiência pública.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, V.Exa. me permitiria fazer uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Nós já estamos praticamente no final de setembro. Nós vamos ter o mês de outubro, o mês de novembro e, com muita sorte, mais 10 dias do mês de dezembro.



Há alguns requerimentos que foram apresentados desde a primeira sessão. Nós já tivemos 4 ou 5 sessões da CPI, e eles nem sequer foram levados para debate.

Eu proporia a V.Exa. que, na condição de Presidente, tentasse convencer os demais integrantes para que façamos uma avaliação de hoje até a próxima audiência desta CPI...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Se houver concordância, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - ...para que, então, possamos colocar em votação todos aqueles, porque nós temos mais de 1 mês...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Não há problema.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu, inclusive, já havia me manifestado quanto aos termos "convocação", "convite". Nós já tivemos esse consenso. Serão convidadas as autoridades das instituições, seguindo a linha do Relator de convocarmos... convidarmos instituições, especialistas, entidades da área econômica, enfim... Esse não é mais o nosso problema. Apenas para que nós não fiquemos protelando *ad infinitum*...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Paulo Rubens, a sua sugestão é bem-vinda. A sugestão é bem-vinda.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - ...o convite para as autoridades que têm responsabilidade primordial pelas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Eu apenas consulto se alguém quer apreciar em separado algum desses requerimentos. Se nenhum dos Srs. Deputados tiver alguma questão em contrário, faço a votação em globo. Não tem problema.

O Deputado Berzoini está de acordo? (*Pausa.*) Alguma convocação que seria transformada em convite? Alguém quer sugerir alguma coisa? O Presidente do Banco Central, o Ministro...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Já está pactuado que é um convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Convite.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não tem problema.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Então, com essa modificação.

Mais alguma outra? (*Pausa.*)

V.Exa., Deputado Pannunzio, tem alguma objeção?

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - Sr. Presidente, no que se refere à questão dos requerimentos, está tudo o.k. Não há nenhuma observação a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Deputado Berzoini, de acordo? (*Pausa.*) Deputada Jô. (*Pausa.*)

Havendo concordância de todos...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, só para ficar claro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - ...as audiências públicas são todas em caráter de convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - É um convite. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Então, em votação em globo.

Os Srs. Deputados que aprovam os requerimentos permaneçam em seus lugares. (*Pausa.*)

Aprovados.

Encerrada a Ordem do Dia do nosso tema, vamos à audiência pública, finalmente.

Com a palavra o Dr. Raul Velloso. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, enquanto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - ...o Deputado Raul Velloso se prepara, eu quero pedir permissão a V.Exa. para saudar o nosso companheiro Sérgio Miranda, um dos mais brilhantes Parlamentares desta Casa, que infelizmente não veio... Mas felizmente está presente a esta audiência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado. A Mesa toda se soma a essa tão justa homenagem ao nosso sempre companheiro Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Obrigado. (*Pausa prolongada.*)

O SR. RAUL VELLOSO - Sr. Presidente, quantos minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Vinte.

O SR. RAUL VELLOSO - Muito bem.

Senhores, senhoras, o tema, obviamente, é um tema bastante complexo para eu esgotar num espaço de 20 minutos. Vamos ver o que eu consigo apresentar do que eu trouxe sobre o tema. E depois, nas perguntas, obviamente, a gente pode aprofundar conforme o interesse dos senhores.

Antes de mais nada, eu queria começar a minha apresentação tentando deixar claro como é que o conceito de dívida líquida do setor público, que é o conceito que normalmente se usa na discussão macroeconômica, como é que ele aparece, como é que ele se insere, ou como é que ele se liga ao orçamento público, à execução do orçamento e às contas do Banco Central, que é quem administra a dívida para todos os efeitos. Só para lembrar que, do Tesouro Nacional... Vamos imaginar o setor público concentrado na União, apesar de que a gente vai tratar aqui do conjunto das dívidas — União, Estados e Municípios. Mas a ligação começa... Para a gente pensar num modelo bem simples de inserção da execução do Tesouro na composição e na formação da dívida, imaginemos o Tesouro Nacional, de uma forma bem simples. Ele arrecada impostos, faz aqui seus gastos e tem um saldo primário, que pode ser positivo ou negativo.

Eu estou dizendo que ele entra com sinal negativo porque normalmente o saldo tem sido positivo. Ele entra abatendo na formação da dívida, como algo que abate no processo de apuração e crescimento dela. Então, ele sai daqui para o Banco Central.

Eu tentei fazer de uma maneira bem simples, para a gente entender bem como é que a coisa se forma. Então, ele vem do Tesouro, o superávit, e ele se junta com a conta de juros, que vem das dívidas acumuladas até o momento. E, ao se juntar com essas dívidas, ele forma o resultado, que se chama... o chamado déficit



público, que nós chamamos de necessidade de financiamento do setor público não financeiro.

A necessidade de financiamento do setor público não financeiro é a diferença entre a despesa de juros e o superávit que vem do Tesouro. Isso é que produz o aumento da dívida do Governo, supondo que a conta de juros é superior ao resultado primário que vem do Tesouro. Então, isso é que dá o aumento da dívida líquida — e eu vou já explicar por que é que se chama, por que é que se usa o conceito de dívida líquida. E o Banco Central recebe, então, o encargo de financiar essa dívida, no caso o aumento, porque aqui eu tenho ativo e passivo do Banco Central, que são estoques. Ele recebe o encargo de financiar essa dívida, esse aumento da dívida, juntamente com outras funções que ele desempenha. No seu ativo, os senhores veem ali que tem as reservas e o que eu chamo de títulos privados, que são aplicações do Banco Central. Quer dizer, o que é que o Banco Central, na essência, faz? Ele compra ou vende reservas, faz empréstimos para o setor privado — vamos incluir aí para Estados e municípios, se for o caso; e, do outro lado, ele se financia. Ele se financia com dívida externa pública, que é aquele primeiro item; depois vem a dívida mobiliária, que é o item de fechamento, outras dívidas internas e a base monetária, que é o “b”, que é a emissão de moeda. O Banco Central, então, tem o monopólio da emissão de moeda, o monopólio de compra e venda de reservas internacionais em divisas e faz alguns empréstimos que estão contabilizados e que lhe dão uma certa receita de juros. Quer dizer, ele aplica, tem uma receita de juros, paga juros sobre a dívida que está do outro lado. A diferença é mais juros pagos menos juros recebidos, que dá a despesa líquida de juros, que, deduzido o superávit primário, vem para o Banco Central financiar no momento seguinte. Essa é mais ou menos a dinâmica que funciona.

Eu peguei os dados de um determinado ano para a gente sentir isso de uma forma palpável e concreta. Peguei o ano de 1996, mas podia ter pego qualquer momento. Nesse ano, o Tesouro teve um déficit primário — isso aqui agora está em reais bilhões — de cerca de 400 milhões. Então, ele gastou mais do que arrecadou. Do Banco Central, em cima da dívida do fim do ano anterior, tinha uma despesa de juros sobre aquela dívida de 46,5 bilhões de juros nominais. Então, esses 46,5 mais os 0,4 de déficit dão a necessidade de financiamento do setor público — não o



financeiro, porque a gente não inclui os bancos públicos nessa conta; eles entram só quando o Governo faz aumento de capital ou quando recebe dividendos, implicitamente. Então tem uma necessidade de recursos de 46,9. Nesse ano, por acaso, houve aparecimento de dívidas que por alguma razão estavam escondidas, que a gente chama de esqueletos, e a conta que vai para o Banco Central, ou foi, foi de 60,5 bilhões. Quer dizer, o Banco Central tem os juros que paga sobre a dívida. O Tesouro mandou esse déficit primário, apareceram dívidas que estavam no armário, digamos assim, e foi para o Banco Central adicionar à dívida do ano anterior esse valor de 60,5 bilhões.

Aí eu volto àquele mesmo esqueminha que eu tinha feito antes, para mostrar aos senhores o caso concreto desse ano, para a gente ver os números como eles vêm. Então, do Tesouro vem uma necessidade de financiamento do setor público, incluindo os esqueletos, de 60,5 bilhões. A dívida, no fim do ano anterior, 1995, era de 208 bilhões e, no final, vai virar 268,9 bilhões, no fim do exercício de 1996. Esses 60 bilhões, que é o aumento da dívida, essa necessidade de financiamento, o Banco Central vai processar junto com essas funções que ele desempenha. Nesse ano específico, ele aumentou as reservas em 14,4 bilhões, aumento os chamados empréstimos, que são vários — eu fiz apenas uma síntese —, de 11,7 bilhões. Quer dizer, ele precisou de 60 bilhões mais 14 mais 11, e vai financiar do outro lado, sendo que nesse ano ele diminuiu a base monetária em 2 bilhões. Então, na realidade, ele precisa não só disso, daquilo, mais aqueles 2, e a forma de ele financiar está ali. Foi 7,7 em dívida externa, 15,4 em outras dívidas internas e quem faz o fechamento é a dívida mobiliária, com 65,5 bilhões.

Obviamente, os 2 lados se equilibram. Isso mostra para a gente que, conforme essas variáveis evoluem (o resultado primário, as reservas, os empréstimos, se ele financia de um jeito ou de outro), você tem um novo quadro da dívida líquida. E, assim, o tempo passa e a dívida vai evoluindo.

Eu queria agora só detalhar um pouco mais aquilo que eu mostrei no ano de 1996. A dívida externa líquida desse ano, depois que adicionamos aquilo, o aumento da dívida e a redução das reservas, o estoque ficou em 31 bilhões, sendo 96 bilhões de dívida externa bruta, reservas de 64,7, a dívida interna líquida, 237 bilhões (ela era 88% do total). O grosso é dívida mobiliária, 180; 101 outras dívidas internas; 15



bilhões era a base monetária. E a razão do líquido ser líquido é porque o Governo tem ativos, que são as reservas mais isso que estou chamando de títulos privados, que entram abatendo porque são ativos. Aí chega-se ao total da dívida de 268 bilhões.

Os principais fatores que afetam a evolução dessa dívida do ponto de vista macroeconômico. Depois que a gente tem ela, a gente entende como ela se forma, seus componentes. E eu queria aqui chamar a atenção. Os principais fatores, dado o estoque inicial da dívida — porque é óbvio, quanto maior a dívida, mais difícil será administrá-la, e quanto menor, mais fácil —, são obviamente a SELIC real e a taxa de câmbio real, que compõem o custo real implícito da dívida. É para chamar já a atenção porque esse é o composto de todas as taxas daquelas dívidas e ativos que eu mencionei antes. A taxa de crescimento do PIB, porque normalmente a gente compara a evolução da dívida com a evolução do PIB; a gente nunca fala só na dívida em valores absolutos, mas fala na sua razão para o PIB. E o superávit primário. Como eu estou tratando em relação ao PIB, o superávit primário em relação ao PIB é aquele que vem do Tesouro e paga um pedaço do serviço da dívida naquele ano.

A questão fundamental de solvência pública, em qualquer país — e aqui no Brasil a gente tem feito esta pergunta e continua a fazê-la agora —, é sobre qual é o superávit primário requerido para estabilizar a razão dívida/PIB. Por quê? Porque ele serve de marco. Por quê? Porque a gente sabe que se o superávit for menor do que aquele marco, a razão dívida/PIB sobe; se for maior do que aquele marco, a razão dívida/PIB cai. Então é importante saber esse superávit. E ele é calculado de uma maneira relativamente simples e também intuitiva: que é o custo implícito real menos o crescimento do PIB. O custo implícito real é a taxa implícita, taxa de juros implícita das dívidas e dos ativos. Real porque nós estamos descontando a inflação e estamos trabalhando com a razão do PIB. Menos a taxa de crescimento do PIB. E isso quer dizer o quê? É óbvio que o componente mais importante do custo implícito real é a taxa SELIC, diante do peso das dívidas ligadas à SELIC. O custo implícito real, menos o crescimento do PIB, me dá a primeira parte dessa equação. Multiplicado pelo estoque da dívida no período anterior, ele me diz qual é o superávit da linha divisória. Óbvio: quanto maior o custo da dívida, mais eu preciso do



superávit; quanto maior a taxa de crescimento do PIB, menos eu preciso do superávit; e quanto maior o estoque de dívidas com que a gente começa, mais eu preciso do superávit.

Essa é a pergunta que se tem feito. Por quê? Porque países como o Brasil, que não tem uma boa história de gestão de dívida... Essa preocupação é que, quanto mais a dívida sobe, ou seja, o superávit é menor do que a linha divisória, maior a preocupação com a dinâmica dessa dívida no futuro.

Ninguém, nos mercados que investem em dívida pública, imagina a dívida pública zerar. Não é isso. Sabe-se que o Governo pode ter uma dívida elevada conforme a sua credibilidade, porque ele tem capacidade de cobrar impostos no futuro e bancar qualquer tamanho de dívida, em termos.

A questão em geral tem sido saber se a dívida é crescente ou declinante. Daí a importância desse conceito, porque aí a pessoa pergunta se em uma hora isso não vai explodir ou então se ela está indo na direção em volta do equilíbrio.

Eu queria agora passar a discutir 2 momentos muito importantes recentes e discutir tudo isso que eu falei até agora nesse contexto. Quais são os 2 momentos?

O ano de 2000, por volta do ano de 2000, o começo do novo século, e o ponto no meio de novembro de 2008. Por quê? Eu coloquei aqui exatamente essas variáveis, que eu disse que são as variáveis macroeconômicas fundamentais, para determinar a evolução da razão entre a dívida e o PIB, quanto do PIB a dívida representa, que é a medida fundamental de avaliação da solvência do País. Quais são as variáveis? Os juros reais implícitos, que eu mencionei lá naquela equação, que é um composto da SELIC, das taxas que o Banco Central recebe pelas reservas, das taxas que o Governo recebe pelos empréstimos que faz — é essa composição aqui.

Outra variável é o crescimento do PIB; a outra, o superávit; e a outra é a razão dívida/PIB da partida. Eu coloquei as reservas aqui embaixo só para chamar a atenção de que elas são elementos importantes na composição da dívida porque entram abatendo a dívida.

Por que os juros reais implícitos podem ficar diferentes da SELIC? Principalmente quando o Banco Central, o Governo — e vamos falar dos 2 indistintamente — pagam uma taxa de juros pelos ativos que eles adquirem menor



do que custa para o Governo ou o Banco Central captar dinheiro para comprar aqueles ativos.

Então, por exemplo, esse é um período — é bom chamar a atenção — de forte acumulação de reservas. As reservas saíram de 20 bilhões para 200 bilhões e hoje estão indo para algo acima disso. Em uma hora dessas, como se capta a SELIC do lado do passivo, dívida mobiliária e compra reservas do outro, que tem taxa de juros praticamente zero hoje, então, há um custo dessa acumulação que aparece nos juros reais implícitos. Então, é para já chamar a atenção. Não se assustem se a taxa de juro real do conjunto da dívida for bem maior do que a SELIC, porque todo mundo sabe que a SELIC está caindo, mas os juros reais implícitos ainda estão acima dela por conta disso. Ou, então, quando o BNDES faz um empréstimo e cobra menos do que a SELIC, esse subsídio aparece implícito aqui nessa taxa de juros.

Então, vejam: qual era a nossa situação no início dos anos 2000? Nós tínhamos uma taxa de juro real implícita da ordem de 11% ao ano. O PIB, naquela época, potencialmente, o PIB potencial, que é aquele máximo que pode crescer, era da ordem de 2,5% ao ano. A razão dívida/PIB da partida era da ordem de 50%, quer dizer, a dívida líquida era metade do PIB.

Mesmo o superávit primário observado, sendo já naquela altura bastante elevado — só para se ter ideia, era 3,5% do PIB e hoje estamos indo para 1,5%, então, era muito mais alto do que hoje —, ainda assim, o superávit requerido para estabilizar a razão dívida/PIB era 4,1% do PIB. Isso significa o quê? Que a razão dívida/PIB estava em ascensão. E havia muita preocupação com o problema de solvência.

Esse superávit, que, por volta de 2000, era 3,5% do PIB, tinha sido negativo, ou seja, tinha sido em déficit lá por volta de 98. Foi quando ele começou a aparecer e chegou a 3,5%. Mais adiante, mais recentemente, chegou a 3,8%, quase 4% do PIB.

Então, mesmo tendo havido um grande ajuste fiscal, é importante ter em mente — por isso é fundamental uma discussão, como os senhores propuseram aqui — o conjunto das variáveis macroeconômicas, porque, mesmo com um esforço



fiscal desse tamanho, a razão dívida/PIB ainda assim pode estar subindo e piorando a solvência.

Aí, eu salto para novembro, que é a véspera de estourar a crise. Mais adiante — eu sei que não vai dar tempo agora, mas, mais adiante —, a gente pode voltar, nas perguntas, a discutir o pós-crise —, a situação muda completamente. Ainda que a queda não tenha sido muito forte na taxa de juros implícita por causa da acumulação de reserva — mas já houve alguma queda —, o fato de que o crescimento potencial do PIB passou para 4,8 e o fato de que o superávit já estava muito acima daquilo nos colocou numa trajetória de queda da razão dívida/PIB, que ela sai de 49,5 para 35 e, com base numa razão dívida/PIB de 35, é obviamente muito mais fácil se administrar esse problema.

Então, vejam, com a queda para cá, o PIB crescendo a 4,8, mesmo com uma pequena queda no custo implícito da dívida, o superávit primário requerido para estabilizar a razão dívida/PIB caiu para 1,7. E o observado foi 4,3.

Não é por outra razão que a dívida, então, estava num forte processo de queda e, quando vem a crise, nós estávamos na melhor posição de solvência dos últimos anos que o País alcançou. Ou seja, do ponto de vista de solvência, a questão da dívida pública deixou de ter a importância que tem tido nos últimos anos.

Para encerrar — sei que o meu tempo está se esgotando —, eu queria só mostrar o gráfico da evolução da razão dívida/PIB. Eu tenho todos os demais gráficos de cada um daqueles componentes, mas vou ficar nesse aqui para a gente sentir um pouco aquilo que eu falei.

Aqui começa, em 96 e vai até 2002, setembro de 2002; a razão dívida/PIB chega no pico de 56,9%. Esse foi o período da explosão da dívida, apesar de se ter um superávit primário já alto, 3,5% — era mais ou menos —, por volta de 2000. Ou seja, nós tínhamos conseguido resolver o problema da inflação; tínhamos mudado com muito sucesso o regime cambial; tínhamos conseguido aumentar a razão superávit primário/PIB fortemente, mas a razão dívida/PIB continuava subindo e nos colocava em uma posição macroeconomicamente muito vulnerável, parecia a sensação de que havíamos nadado, nadado e estávamos morrendo na praia. Isso é só para chamar atenção de que esse problema é muito complexo. Ele tem de ser resolvido quase que com todas as peças do quebra-cabeça.



A dívida tem de cair, o PIB tem de crescer mais, os juros têm de cair, e o superávit, aumentar, porque só uma peça é difícil de resolver. E isso é o que se nota de lá para cá. Quando chega em novembro de 2008, nesse cálculo da linha vermelha, que já é o cálculo excluindo a PETROBRAS da conta, o cálculo da linha preta é com a PETROBRAS na conta.

Quando a PETROBRAS saiu — isso é recente —, como ela tinha, em vez de ter dívida, ela tinha um crédito, aumentou a razão dívida/PIB. Piorou um pouco. Mas vejam que os 56,9 viram, na véspera da crise, 37,7 nesse quadro macroeconômico. Se houver tempo e houver interesse, eu posso discutir como esse quadro mudou daqui para cá e por quê — uma queda muito forte. E vejam, no pós-crise — eu só vou dizer isso —, nós já subimos para 44,1, que é o período em que o mundo se deu ao luxo, está se dando ao luxo de desarranjar as suas contas fiscais. Nesse mesmo momento, os Estados Unidos, que é o país considerado de maior credibilidade em matéria de gestão de dívida, estão indo para mais alguns anos chegar a algo como 80% do PIB. Enfim, nós também estamos indo nessa direção. E uma questão certamente relevante é saber até que ponto isso representa um perigo, uma mudança definitiva na nossa gestão da dívida ou não. Eu já vou adiantar — não tenho tempo para dizer mais — que não. Por enquanto, nós estamos perfeitamente dentro do controle. Quer dizer, isso não deve prejudicar as perspectivas macroeconômicas do Brasil. Por quê? Porque, com essa razão dívida/PIB e a perspectiva que continua firme, a consensual de queda das taxas de juros vai continuar, e a recuperação do crescimento em 2010 vai novamente nos colocar numa trajetória de queda da razão dívida/PIB assim que passar um determinado momento. Claro, isso tudo é probabilidade. Eu não estou falando de certeza, mas quero dizer o seguinte: desse ponto de vista, a gestão da dívida pública brasileira, apesar da crise, passa por um de seus momentos mais tranquilos da história recente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Dr. Raul.

Passo a palavra ao Dr. Marcio, Presidente do IPEA.

O SR. MARCIO POCHMANN - Muito boa tarde a todos.



Deputado Virgílio Guimarães, demais Deputados que se encontram aqui presentes, quero dizer da satisfação (*falha na gravação*) e do IPEA de fazer parte desta CPI — uma CPI importante —, para discutir um dos temas de maior relevância no Brasil contemporâneo.

Quero dizer que entendemos que este momento, em que o Brasil sinaliza informações consistentes de que estamos saindo muito rápido da crise econômica internacional que nos contaminou, abre uma perspectiva inédita de o Brasil de fato abandonar um ciclo, com que convivemos, de alta presença da dívida pública.

Seja quando considerada em relação ao conjunto da população, *per capita*, em relação ao PIB, essa trajetória que nos aprisionou no último quarto de século somente encontra paralelo, do ponto de vista da história econômica brasileira, no período que Celso Furtado identificou entre o encerramento do ciclo do ouro, por volta de 1750, e a nova inserção do Brasil na economia mundial, a partir do início do século XIX, com a ascensão do café. Conta Celso Furtado, em seu livro *Formação Econômica do Brasil*, que o Brasil permaneceu por quase 7 décadas num quadro de regressão econômica, de decadência.

E acreditamos, na forma como Sérgio Buarque de Holanda analisou o Brasil, um Brasil vinculado a um rosário de milagres — dizia ele no seu *Raízes do Brasil* —, que estamos diante da oportunidade de viver um novo milagre, um milagre como ele identificou — Sérgio Buarque —, como os antigos ciclos econômicos, que se iniciam com o pau-brasil, o ciclo do ouro, do café, e talvez poderemos dizer mais à frente o ciclo da industrialização que o Brasil percorreu entre a década de 30 do século passado e a década de 70 do século passado.

De fato, desde a crise da dívida externa, desde 1981 a 1983, o Brasil interrompeu uma das mais exuberantes trajetórias de expansão econômica. O Brasil já foi o que a China é hoje, um dos países com maior vigor, em termos de expansão econômica, que transitou muito rapidamente de uma sociedade agrária para uma sociedade urbana industrial. E a inflexão que ocorreu na crise da dívida e as oportunidades que o Brasil escolheu a partir do ajuste da crise da dívida externa, colocou-nos, por mais de 2 décadas, num ambiente que podemos identificar como sendo um ciclo da financeirização da riqueza ou, como outros preferem, do “rentismo” financeiro.



Esse período de mais de 2 décadas, a nosso modo de ver, a partir da inflexão que assumimos com a crise da dívida externa, de 81 a 83, levou-nos a práticas excessivas de juros reais muito elevados, acima da média internacional, que asfixiaram o setor produtivo, de um lado; e a dívida pública inicialmente chamada de externa, mas também chamada à época, no anos 80, de “dívidas gêmeas”, porque tinham simbiose a externa e a interna, passou a exigir de forma imediata um ajuste fiscal permanente.

O Brasil tem vivido com um ajuste fiscal permanente como sendo um requisito fundamental na administração de um ambiente de elevada taxa de juros reais em um ambiente de forte endividamento. Essa combinação de juros reais elevados com ajuste fiscal permanente nos jogou em uma trajetória de decadência.

O Brasil conviveu com um período de decadência, cujo projeto de inclusão social possível somente se daria para parcela muito reduzida da população.

Então, nossa escolha para a exposição, frente a esse tema de inegável relevância, muitas vezes obscurecido por outros de menor importância, leva-nos a trazer elementos que achamos importante serem considerados porque partimos do pressuposto de que o Brasil está diante de uma oportunidade inegável de assentar um novo ciclo de expansão a partir do aprofundamento dos elementos de ordem macroeconômicas que foram implementados muito recentemente.

Então, vamos começar tratando basicamente da perspectiva de longo de prazo que tínhamos no Brasil, da sua trajetória.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esse é um dado histórico, desde 1600, que diz respeito à presença do Brasil no mundo. Tivemos um momento de ponto alto, quando o Brasil representou quase 3,3% do PIB mundial, depois de ter sido, por um longo período, pelo menos até a década de 40, uma economia marginal, do ponto de vista de sua presença no mundo. Portanto, em 1980, o Brasil teve sua maior presença na economia mundial.

Esse ciclo de expansão foi interrompido, no nosso modo de ver, pela crise da dívida externa entre 1981 e 1983, com o ajuste exportador. Quer dizer, deixamos de ter no mercado interno o principal elemento de vigor do dinamismo nacional, para, justamente, começarmos a pagar a dívida externa através da geração de saldos de exportação. E, infelizmente, os saldos de exportação gerados no Brasil não se



deram a partir do excedente do consumo, uma vez atingidas as necessidades da população, mas, sim, um excedente forçado pela recessão, a primeira recessão depois da Crise de 1929, que tivemos entre 81 e 83.

Então, esse período da crise da dívida externa no levará a um período de perda de importância do Brasil, em termos relativos perante o mundo, o que podemos identificar, portanto, como um período de decadência brasileira em relação a outras nações.

Somente em um período mais recente há uma tentativa de recuperação — e há passos firmes nesse sentido —, embora estejamos longe de ser o que o Brasil já foi no final dos anos 70.

Muito rapidamente, ainda com elementos históricos, podemos observar de outra forma, através de dados nacionais, a evolução da produtividade, que é inegavelmente um dos principais elementos que identificam o dinamismo de um País.

Temos aí uma série que se inicia em 1872 e que demonstra como basicamente o Brasil viveu um quadro de baixa capacidade de expansão da sua produtividade, quando ainda era uma economia primária exportadora, uma economia submetida a uma forte presença do agrarismo, que perdura até a Revolução de 30, a Crise de 1929, quando começamos a ter uma outra trajetória em termos de expansão da produtividade.

Chegamos a 1980 com o pico da nossa produtividade, esta produtividade medida, então, pelo valor adicionado da produção em relação aos trabalhadores ocupados.

Aí, vamos ver repetido aquilo que se verificou na planilha anterior, ao comportamento da produtividade, ou seja, praticamente de estagnação, de redução da produtividade em determinados momentos e de ascensão em outros. Mas, na média, foi um período de baixíssimo dinamismo, porque a economia ficou relativamente paralisada nesse período das duas últimas décadas.

E como podemos interpretar essa situação? Temos uma outra transparência que nos permite mostrar, somente no período de 1994 para cá, o período da estabilidade, o comportamento dos juros, ainda que nominais, e da dívida pública em relação ao comportamento do PIB.



É claro que, se a gente puxasse os dados desde os anos 80, veríamos que há um ciclo de expansão, uma onda de expansão da dívida em relação ao PIB, do início dos anos 80 até 1990, quando em 1990 se inicia uma fase de forte desaceleração, inclusive pela forma como enfrentamos o problema da dívida pública no início dos anos 90, o que nos levou a um paralelo, a uma dívida representando em torno de 1/3 do PIB na entrada do Plano Real.

E a partir daí, temos uma fase de expansão da presença da dívida pública em relação ao PIB — como o Dr. Velloso havia demonstrado — entre 2002 e 2003, que foi o período de maior presença da dívida em relação ao PIB, quando então se iniciou uma fase de descenso da dívida em relação ao PIB.

Recentemente, em função da crise que tivemos, houve uma nova elevação, mas estamos longe do que fora a presença da dívida no PIB no período dos anos 90 especialmente, ou, se quisermos, na primeira metade e no início da segunda metade da década de 80, quando a dívida chegou a representar 50% do PIB.

Basicamente, eu queria chamar a atenção para o fato de que devemos saber o seguinte: a problemática da dívida e da forma com que o Brasil escolheu para gerenciá-la está diretamente ligada, a nosso modo de ver — e vou ser muito simplista nisto — a dois elementos-chaves que ocorreram em função da crise da dívida e do encaminhamento da questão política no Brasil a partir do fim do ciclo militar.

O primeiro elemento é que a crise da dívida externa e a saída que representou isso nos anos 80, uma saída pelo mercado externo, colocou para o setor produtivo no Brasil uma perspectiva de tendência decrescente dos lucros, uma vez que o principal elemento de dinamismo não seria mais o mercado interno, mas sim, sobretudo, o mercado externo. Portanto, os setores com capacidade de competição — e pelo apoio de políticas públicas voltadas para essa finalidade — conseguiram ter algum êxito, geralmente, como hoje é reconhecido, setores que foram fortemente influenciados pelos investimentos do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, na segunda metade dos anos 70, de um lado; e, de outro lado, o nosso setor agropecuário, o agronegócio, que teve um êxito importante do ponto de vista das exportações.



Então, o Brasil praticamente se fortaleceu com a sua entrada no comércio internacional, mas as possibilidades de expansão via interna foram fortemente comprometidas. Então, diante da tendência de queda da taxa de lucro para os anos subsequentes, dos anos 80 e anos 90, constituiu-se uma macroeconomia financeira com o objetivo de compensar essa tendência decrescente dos lucros produtivos, digamos assim. E essa possibilidade de compensação se deu basicamente pela financeirização da riqueza, pelos mecanismos criados, gerados, que possibilitaram aos setores econômicos ter uma rentabilidade que compensava parte da inviabilidade de se expandirem basicamente pelo mercado interno.

Então, se nós analisarmos, ainda hoje o balanço das empresas reflete isso. Recentemente foi tornado público um estudo segundo o qual a maior parte das empresas que operam em bolsa no Brasil, de capital aberto, a maior parte ou quase 60% delas ainda têm retornos maiores nas aplicações financeiras do que em investimentos produtivos.

Então, essa macroeconomia financeira foi absolutamente necessária, tendo em vista a perspectiva de uma tendência decrescente dos lucros via aplicação produtiva. Então, a financeirização, o rentismo financeiro, tornou-se um elemento necessário e complementar, com o objetivo de garantir retornos, já que o setor produtivo enfrentava cada vez maiores dificuldades.

Então, nós temos uma pressão brutal do ponto de vista de financeirização da economia e de encontrar financiadores desta opção.

Mas, de outro lado, o Brasil abandonou o regime militar e entrou numa fase de regime democrático. O regime democrático exige, evidentemente, respostas a questões sociais, à pressão organizada da sociedade e à parte significativa de demandas que foram reprimidas durante o regime militar.

Então, o que vamos observar é que a economia não cresce. De um lado, há pressão para financiar — a financeirização dessa riqueza; de outro lado, há pressão de parte da sociedade para atendimentos de determinadas demandas que foram anteriormente reprimidas ou que vieram à tona pela própria organização da sociedade, pela presença dos partidos políticos, pelos sindicatos e assim por diante.

Então, olhando esse gráfico — muito simplista, diga-se de passagem, mas é apenas para mostrar a comparação entre 1980 e 2008 no que diz respeito à carga



tributária bruta —, nós observamos um aumento na carga tributária bruta muito significativo. Tínhamos, em 1980, uma carga tributária bruta que representava 24,5% do PIB brasileiro. Em 2008, a carga tributária chegou a quase 36% do PIB. Então, é um aumento que dificilmente se observa em qualquer outro país sem que tenha sido feita uma reforma tributária, sem que tenha havido uma mudança de regime político ou coisa desse tipo. Sem reforma tributária, o Brasil aumentou sua arrecadação relativamente ao PIB nessas circunstâncias apresentadas.

De outro lado, o que nós vamos ver? Vamos olhar um pouco para onde foi esse recurso que se arrecadou a mais. Então, vejamos as transferências de subsídios. Que são transferências de subsídios? São aqueles recursos que, de certa maneira, expressam a pressão de uma sociedade democrática:

- Pressão pela inclusão de trabalhadores em idade avançada no setor rural, tendo em vista o enorme desnível que havia, até a Constituição de 1988, relativamente à aposentadoria no campo e urbana. Então, temos aí uma pressão por equilibrar os benefícios do ponto de vista previdenciário.

- Pressão importante da sociedade organizada em termos de atendimento a segmentos muito vulneráveis da população, como aqueles portadores de algum grau de deficiência. Estamos falando da Lei Orgânica da Assistência Social — não apenas da Previdência, mas também da Lei Orgânica da Assistência Social — e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, pressão em torno de um melhor apoio a esses segmentos vulneráveis da sociedade.

- Até mais recentemente, pressão para que o segmento extremamente pauperizado da população pudesse ter alguma garantia de renda, que é hoje a expressão do Bolsa Família, embora seja ele relativamente um dos menores custos, ou menor importância em relação ao PIB: 0,4% do PIB.

- Até mesmo pressão da sociedade organizada em termos dos trabalhadores, da classe média, em obter benefícios, por exemplo, no financiamento de despesas privadas.

Cito a Receita Federal, por exemplo. Nós todos aqui que declaramos imposto de renda sabemos o quanto podemos utilizar, através da compensação ou da dedução do imposto de renda, de despesas contraídas em termos de financiamento de saúde privada, em termos de educação privada, em termos de assistência



privada. Parcela significativa da população que declara seu imposto de renda se beneficia de subsídios. Em última análise, é transferência de renda para financiamento de gastos privados.

Assim como o Estado brasileiro financia a saúde pública, ele também financia a saúde privada por meio de deduções que são efetuadas através do pagamento de despesas contraídas de saúde privada. A estimativa de gastos que temos somente para o financiamento da saúde privada, através da Receita Federal, alcançou em 2007 a somatória de quase 13 bilhões de reais. Isso é o financiamento de gastos de determinados segmentos da sociedade organizada pela democracia. Pressionaram leis, tudo dentro do ambiente da democracia.

O que ocorreu? Em 1980, do ponto de vista das transferências de subsídios em relação ao PIB, comprometíamos 7,3% do PIB e, em 2008, comprometemos 15,3% do PIB. Então, dobrou praticamente a quantidade de recursos relativamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - O seu tempo está esgotado, Professor, mas pode prorrogá-lo. Só quero avisar isso.

O SR. MARCIO POCHMANN - Já passou o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Vinte minutos, mas são prorrogáveis. Eu só queria lembrá-lo.

O SR. MARCIO POCHMANN - Então, digamos, a administração da democracia brasileira pode explicar talvez esse redimensionamento do gasto.

Em segundo lugar temos a pressão em termos de juros, especialmente do ponto de vista do pagamento de juros reais, e não amortizações. Comprometíamos 1,7% do PIB, em 1980, e fomos para 5,6%, em 2008, que é um dos menores valores, pois chegamos a comprometer quase 7% do PIB anualmente em pagamento de juros.

Então, quando vamos tratar da carga tributária líquida, que é aquilo que efetivamente o Executivo, o Legislativo e o Judiciário têm para comprometer com o pagamento de custeio de pessoal, pagamentos de atividades tradicionais do Estado — educação, saúde, habitação pública e investimento —, aquilo que sobra, uma vez tomada a carga tributária bruta, menos juros e transferências de subsídios, o que vamos analisar? A carga tributária líquida para uma carga tributária bruta de 24,5% do PIB, em 1980, foi 15,5% do PIB. Em 2008, apesar de a carga tributária bruta ter



chegado a 35,8% do PIB, de fato o que o Estado brasileiro teve para gastar em políticas tradicionais foi 14,9% do PIB. Ou seja, apesar de uma carga tributária bruta “brutal”, de 35,8% do PIB, a capacidade de gastos do Estado brasileiro foi menor do que a de 1980.

Eu queria chamar a atenção para outro aspecto que está vinculado à temática do endividamento, do financiamento, da sustentação dos ganhos daqueles que não tinham oportunidade de ganhar via setor produtivo: quem financiou isso? Quem pagou, quem financiou o aumento da carga tributária?

Aqui nós temos uma síntese de como é constituída a carga tributária bruta segundo a renda da sociedade. Temos uma identificação clara de que o aumento, o peso do aumento da carga tributária se deu fundamentalmente na base da pirâmide social brasileira. Aqueles que ganham até 2 salários mínimos comprometiam 28,2% de sua renda com o pagamento de impostos, em 1996. Já em 2003, esse comprometimento representaria 48,9%.

Se pegarmos o outro extremo da distribuição pessoal da renda, vamos ver que a carga tributária para quem ganha mais de 30 salários mínimos era de 17,9%, em 1996; já em 2003, esse percentual teria chegado a 26,3%. Houve aumento também, mas esse aumento evidentemente foi muito menor do que aquele verificado para níveis de renda inferior.

Então, o aumento da carga tributária serviu a essa finalidade de ajustar, de um lado, a pressão da democracia; de outro lado, a pressão frente ao decréscimo da taxa de lucro do setor produtivo, pelas opções que o Brasil fez em termos de macroeconomia.

Eu entraria na questão da dívida para mostrar que, em período mais recente, tivemos uma mudança na gestão da dívida, uma mudança adequada, digamos assim, do ponto de vista da melhor *performance* no que diz respeito à administração da dívida. Em primeiro lugar, por essa opção que o Brasil fez de reduzir drasticamente a sua dívida externa e basicamente ficar prisioneiro não mais da dívida externa, mas da dívida interna, que é algo que surge a partir da dívida entre os anos de 1981 e 1983, para praticamente ter que administrar a dívida interna — e não mais a dívida externa. A dívida externa hoje representa em torno de 4% a 5% do total da dívida pública brasileira.



Segundo ponto importante: a forma que administramos, muito recentemente, a dívida externa. O que nos permitiu ter uma dívida externa líquida próxima de zero foi a opção que fizemos por acumular reservas — e há ali a trajetória das reservas. Vou passar muito rápido, porque não vou me deter nesse título.

Podemos analisar aqui também a opção que fizemos na gestão da dívida pública mobiliária federal interna, ou seja, a opção de ter saído da dependência do câmbio. Evidentemente, se tivéssemos uma dívida hoje fortemente associada a títulos cambiais, as oportunidades que o Brasil teve de fazer as escolhas diante da crise do último trimestre do ano passado não teriam sido as mesmas que nos permitiram operar de forma mais drástica, com enfrentamento através de políticas anticíclicas; então, a redução da dependência da dívida cambial e a importância que passaram a ter outros mecanismos de variação da dívida através da SELIC, índices de preços e prefixados.

Por fim, teríamos aqui os componentes da dívida pública. Eu gostaria de apresentar esses dados apenas para mostrar, na verdade, o que representa para o Brasil essa dependência de uma dívida tão expressiva.

Temos aqui uma lista de vários países, através da qual se procurou analisar a carga tributária bruta, as transferências, os juros líquidos e a carga tributária líquida, sem juros, para mostrar, na verdade, que muitas vezes se compara a carga tributária bruta com a carga tributária de outros países — isso é uma forma de comparar — e nós acreditamos que é insuficiente essa comparação. É preciso, na verdade, analisar a capacidade de gasto do Estado brasileiro. Para isso, evidentemente, o melhor conceito poderia ser justamente a carga tributária líquida, descontadas as transferências e os juros. Mas aqui apenas quero mostrar o peso que tem no Brasil os juros líquidos em relação ao PIB.

E nós temos países como a Irlanda, por exemplo, como a Noruega e a Nova Zelândia, que na verdade não têm juros a pagar, mas juros a receber. E essa é uma situação muito díspar que prevalece no mundo, em função das opções que cada país faz.

Não sei se vou ficar por aqui, para também não monopolizar o tempo. Nós temos várias outras informações que eu posso deixar à Comissão como elementos de informação ao problema da dívida em relação ao problema federal, ao problema



dos Estados brasileiros, a dívida em relação aos Municípios brasileiros, o conjunto de Municípios brasileiros, os Municípios com maior população, os Municípios com menor população.

Nós temos situações heterogêneas que precisam ser consideradas do ponto de vista do papel que a dívida pública tem, do ponto de vista da condução da política macroeconômica, mas também a pressão que ela exerce do ponto de vista da administração dos nossos prefeitos e dos nossos governadores, porque de fato são eles os condutores da ponta das políticas públicas de maneira geral.

Não vou cansá-los com tantos números. Quero deixar aqui, Presidente, essas informações e mais do que isso: dizer da disponibilidade do IPEA, através do seu corpo técnico, de poder contribuir, à medida que esta Comissão e os Deputados entendam que a gente pode contribuir.

Eu vou ficar por aqui. Teríamos, então, a possibilidade, nas questões, de avançarmos mais naquilo que infelizmente eu não consegui fazer neste tempo que tive.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado.

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Paulo Rubem Santiago. Na sequência, passo a palavra ao Relator e depois aos demais da lista de inscritos, que são, por enquanto, os Deputados Eduardo Valverde, Ivan Valente, Jô Moraes, Ricardo Berzoini e Pedro Eugênio.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, Deputado Virgílio Guimarães; prezado Relator, Deputado Pedro Novais; Dr. Raul Velloso, consultor econômico; Prof. Marcio Pochmann, Presidente do IPEA; inicialmente quero pedir desculpas porque fui chamado ao Salão Verde para uma entrevista sobre um tema da pauta que deve entrar em votação — espera-se que entre hoje. Voltei assim que terminei essa entrevista a um órgão de comunicação da Casa.

Quando tomamos a iniciativa de propor a esta CPI a realização deste debate, nós tínhamos como referência aquilo que é previsto na Constituição da República Federativa do Brasil. Nós temos definidos na Constituição, já no art. 3º, os objetivos da República Federativa; e temos em especial, nos fundamentos da nossa República, o compromisso com a valorização do trabalho. Nós temos também, na



ordem econômica, o compromisso com a valorização do trabalho, com a soberania, com a propriedade privada. E se formos observar o conjunto de referências contidas na Constituição no tocante à economia, no tocante à gestão do Estado, nós vamos observar que há hoje uma profunda disparidade, prestes a completar duas décadas, entre o que são as orientações constitucionais do Estado Democrático de Direito para a economia, para o desenvolvimento, para a gestão das finanças, e o que tem sido na prática o papel do Estado, o papel do Tesouro Nacional, o papel da gestão dessa economia.

Nós havíamos anteriormente trazido ao debate de outras Comissões nesta Casa os dados, que acompanhamos regularmente, do Tesouro Nacional. E se nós olharmos do ponto de vista de uma contabilidade enxuta, é evidente que nós estamos experimentando alterações significativas de alguns dos vetores que integram as contas nacionais, sob o aspecto da dívida pública, da taxa de juros, do estoque da dívida, do prazo de vencimento dos títulos, da natureza da especificidade da remuneração de cada um desses títulos. E é por isso que aqui e acolá nós concordamos e reconhecemos que algumas alterações ocorridas de 1994 até hoje são alterações positivas.

Mas qual é o grande problema dessa lógica de interpretação dos dados por uma contabilidade enxuta, por uma contabilidade que não tem terceira dimensão? Há uma contabilidade da dívida pública que não tem terceira dimensão. Ela olha apenas a evolução estática desses dados e, por um comprometimento ou não dessa relação da dívida com o PIB, numerador/denominador, acha-se que nós estamos num caminho promissor para nossa sociedade.

O problema dessa visão que não tem terceira dimensão é que ela omite da sociedade o que é a dívida pública, no conjunto de movimentos que ela representa para a economia e para as contas do País.

A dívida pública é um mecanismo de extração de renda da sociedade. E esse mecanismo de extração de renda, assim como um dentista lançava mão, há 40 anos, do famoso boticão para extrair um dente inservível na arcada dentária do cidadão, essa estrutura de extração de renda é constituída por um conjunto de ferramentas, que não são, por outro lado, ferramentas apresentadas à sociedade de uma forma, eu diria, minimamente democrática e minimamente exata. Por exemplo,



nós, em 1999, assinamos um acordo com o Fundo Monetário Internacional para que tivéssemos o direito especial de saque, que pudéssemos fazer frente às nossas deficiências no balanço de pagamentos. Junto a esse acordo, assinado pelo Brasil, mas que pode ser estudado e assinado com os países da Ásia, na crise dos anos 90, com o México, com a Rússia, com outros países do mundo, impuseram-nos algumas receitas, que vieram apresentadas ao País, primeiro, sem o debate democrático do Congresso Nacional e, segundo, submetidas a uma aura de ciência exata — o que a economia nunca foi, porque em nenhum centro acadêmico do mundo, o curso de Economia, o mestrado e o doutorado estão nas ciências exatas, mas nas ciências sociais aplicadas. Vieram acompanhadas de uma aura que, progressivamente, no Brasil e no mundo, começamos a descobrir que o que se afirmava aqui como dogma, como exatidão econômica era, em parte, uma opção técnica, travestida de opção técnica, mas constituída como um grande interesse financeiro.

Para isso, o Brasil produziu, nos últimos anos, farta produção acadêmica, mostrando, por exemplo, que a teoria em torno do regime de metas de inflação era uma falácia. Um conjunto de países no mundo, no mesmo momento em que o Brasil adotou a teoria do regime de metas de inflação, e para manter a inflação no centro da meta, uma política monetária que identificava a causa da inflação como majoritariamente, eu diria, exclusivamente de demanda, um conjunto de nações não seguiu por esse caminho. Não adotou o regime de metas de inflação. Não adotou uma política monetária ortodoxa. Não elevou a dívida pública. Não extraiu renda da sociedade com a brutalidade com que se extrai renda da sociedade. Brutalidade ao quadrado, porque a primeira brutalidade é a natureza da carga tributária brasileira, regressiva, indireta e que se impõe aos assalariados de até 2 salários mínimos, num percentual que é quase o dobro do que se impõe àqueles que estão acima de 30 salários mínimos.

Mas como nosso mote aqui não é carga tributária e, sim, dívida pública, quero avançar nessa direção no tempo que me resta.

Então, primeiro, o dogma do regime de metas de inflação, e sobre ele uma política monetária absolutamente ortodoxa e única. Pior do que a ditadura militar é a ditadura do pensamento único. Pior de tudo para a democracia é a desqualificação



do debate, numa sociedade sob a égide do Estado Democrático de Direito, num Congresso Nacional que está coberto por uma norma constitucional que afirma: “*Todo poder emana do povo*”.

Outro instrumento dessa arquitetura para extração de renda da sociedade, a chamada autonomia das instituições e das autoridades que decidem os mecanismos de defesa da moeda, os mecanismos de combate à inflação, os mecanismos de remuneração dos títulos da dívida mobiliária. Por que isso é também um mecanismo alheio à democracia? Porque se convencionou, nesse ambiente econômico de imposição dessa norma, convencionou-se que as decisões da economia não podem ser contaminadas pelas paixões políticas, pelo populismo político, pelo eleitoralismo, pelo assistencialismo. Então, as decisões no âmbito econômico têm que ser tomadas de forma autônoma. Daí toda a lógica da autonomia dos Bancos Centrais, toda a lógica das instituições que definem a política monetária, ao arremesso das instituições da democracia no Estado Democrático de Direito.

As consequências são evidentes. Se hoje a segunda manchete do *Correio Braziliense* é de que nós estamos recebendo o terceiro grau de investimento, a manchete principal do caderno social do segundo caderno do *Correio Braziliense* é de que a maternidade e o berçário do Hospital da Universidade de Brasília estão prestes a fechar exatamente por insuficiência de equipamentos, de médicos e de pediatras.

E assim nós poderíamos, em cada jornal, a cada manchete de otimismo econômico, compartilhá-la com o fracasso — e me cinto aqui especificamente, porque sou da Comissão de Educação — dos indicadores do ENEM, do SAEB, do PISA e do relatório do UNICEF para com a educação básica no Brasil.

Então, isto aqui, Sr. Presidente, precisa ser aprofundado. Esta Casa não pode mais fazer coro a um conjunto de afirmações econômicas que vêm à sociedade e ao Congresso travestidas de ciência exata, de neutralidade, de tecnicidade, e que, por trás, representam um brutal processo de extração de renda da sociedade.

A “financeirização” da economia, que se aprofundou, que se expandiu, que se alargou dos anos 80 até hoje, veio exatamente na escala mundial, na mesma escala à qual se referiu o economista Márcio Pochmann, no ambiente interno. O



esgotamento da capacidade de amearhar riqueza pela via produtiva fez com que se catapultasse no cenário internacional a circulação e reprodução na esfera financeira.

Nós estamos sendo aliados aos países que seguiram essa mesma cartilha, pretensamente neutra, mas nitidamente ideológica, para atender aos interesses da financeirização, e continuamos seguindo.

Eu dizia, Sr. Presidente, numa reunião na Comissão de Orçamento, quando bradavam algumas das autoridades monetárias e econômicas do nosso País, os números da redução da dívida/PIB, eu ia à tribuna e dizia: Me deem uma carga tributária como essa e me deem um Tesouro Nacional sem a amarra democrática do Congresso, eu sou muito mais radical do que a autoridade do Presidente do Banco Central. Reduzir relação da dívida/PIB com dinheiro retirado da sociedade dessa forma, qualquer um faz melhor. Por quê? Porque não há sequer na Constituição. Assegura-se ao Congresso intervir na forma como se dividem os recursos.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo minhas, aqui, algumas observações do Prof. Velloso, do economista João Sicsú, da Profa. Leda Paulani, de José Carlos de Assis, que denunciam o processo de verdadeira submissão das autoridades econômicas do nosso País à lógica da "financeirização".

Este documento, que tive a liberdade de trazer aqui, publicado no dia 12 de novembro do ano passado, o Comunicado nº 14, da Presidência do IPEA, na última página, pág. 10, eu gostaria que os Srs. Deputados e Deputadas avaliassem. Entre 2000 e 2007 nós pagamos 1 trilhão, 267 bilhões de juros da dívida pública e gastamos 310 bilhões com saúde, 149 bilhões com educação e 93 bilhões com investimentos.

Até a rubrica de investimentos, que seria estratégica para um capitalismo produtivo, para a redução do Custo Brasil, degingolou. Nós gastamos 10 vezes mais com "rentismo" do que com investimento produtivo para a própria base produtiva: rodovia, porto, estrada, aeroportos, energia, insumos, investimento em inovação tecnológica. Até nisso!

Se aqui estivesse em primeiro plano serviço da dívida pública e em segundo plano investimento, haveria uma disputa salutar de um peso meio pesado com um peso pesado. Mas aqui há uma disputa de um peso pesado com um meio leve.



Nós estamos nesta CPI da Dívida Pública para começarmos a construir a virada da lógica da gestão da riqueza deste País. O Brasil não pode continuar embriagado por algumas oscilações a menos na relação numerador/denominador da dívida pública, fazendo de conta que isto aqui não significa um crime contra os direitos humanos, porque os recursos que saem dessa carga tributária da sociedade e que vão aumentar a cumulação de quem vive de renda são os recursos que faltam para universalizar o saneamento.

Olhem a PNAD 2008, os indicadores de abastecimento de água e saneamento nas regiões metropolitanas; olhem os indicadores do ensino médio nos Estados do Nordeste e do Centro-Oeste. De onde faltam esses recursos? Disto aqui. Então, é importante que a CPI da Dívida Pública — neste tempo que me resta dos 15 minutos, não vou chegar nem aos 15 — aponte a necessária reformulação dessa lógica. O que nós estamos praticando, independentemente das conquistas e diferenças do Governo do Presidente Lula para o Governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso... Nós não estamos para discutir aqui quem fez mais ou menos nesse ou naquele setor. Nós estamos para discutir a submissão da economia brasileira ao rentismo e à financeirização. Ou seja, quem é privilegiado no gasto público é quem não produz, é quem não gera emprego. E quem não é... Olhem os estudos da tributação sobre a produção, sobre a financeirização, tributado adequadamente como deveria. Vamos lá ver agora publicado, *Mercado de Capitais e Dívida Pública*, sob a coordenação do Prof. Edmar Bacha. Alguns artigos dizem que a regra hoje é essa no mundo inteiro. A financeirização se globalizou. Então, a nenhum País pode-se impor norma tributária em dissonância com a lógica mundial da regência mundial das finanças internacionalizadas. Então, até que ponto nós vamos ter soberania, autonomia, para construir um projeto de desenvolvimento que entenda o papel do capital financeiro, o papel do crédito, como insumo para a produção, para o trabalho, para o pleno emprego, e não para transformar o Brasil num paraíso de acumulação rentista? Não é para isso que nós lutamos tanto para ter uma Constituição democrática no País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Deputado Paulo Rubem.



Com a palavra o Deputado Pedro Novais, Relator desta CPI.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores expositores, muito grato ao Dr. Raul Velloso e ao Dr. Pochmann pela brilhante exposição que fizeram.

Eu gostaria de perguntar: qual o ponto ótimo da dívida pública num país democrático? E qual o péssimo? Vinte por cento, 30% do PIB, 50%, 80%? Porque enquanto nós estávamos na faixa dos 45% do PIB, parece — eram as informações que eu tinha — que a Itália chegava aos 80. E, naquela época, a Itália estava no G-7 e o Brasil estava lá embaixo. Isso não é um ponto muito importante, mas é essencial para compreendermos o problema.

Senhores expositores, o que seria uma auditoria da dívida pública brasileira? Meteram a mão? É uma pergunta bem objetiva. Cometeram erros? Em que pontos? Em que momentos? Quem? Ou seguimos a lógica mundial, tão bem exposta pelo Deputado que me antecedeu?

Esse ponto, auditoria da dívida pública brasileira, parece-me que está no âmago da constituição desta CPI.

Juridicamente, o que se pode contestar na dívida pública brasileira?

São essas as dúvidas que eu gostaria de ver respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Nós temos 5 Srs. Deputados inscritos. Creio que seria seguir a tradição: deixar o final da pergunta do requerente e do Relator, depois faríamos um bloco. Pode ser? *(Pausa.)* Eles responderiam agora as duas questões postas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Prefere fazer tudo de uma vez?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Preferem?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É melhor, Presidente, porque há o problema do horário do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - É. Se eles quisessem, poderiam reivindicar responder agora, se não... São só 5. Podemos seguir? Estão de acordo? *(Pausa.)*



Então, com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, certamente que os cenários mudam com o tempo. Se nós estivéssemos nesta mesma CPI há 20 anos atrás talvez o discurso fosse um. Estamos agora, em 2009, dentro de um outro cenário, que talvez deixe um pouco triste a direita, que talvez venha ganhar menos com o rentismo, e a esquerda talvez perca a oportunidade de fazer bons discursos no tocante à dívida pública. O cenário macroeconômico do País é um outro contexto, até porque dívida pública não é nenhuma lesa-pátria, até porque países comunistas, como a China, têm dívida pública elevada.

O grande desafio é de que forma administramos a dívida pública, de como se indexam os títulos públicos para que não se ganhe tanto com a necessidade do Estado de financiar-se. Obviamente que a nossa dívida pública teve um crescimento, na década de 90, em função da indexação cambial, a maxivalorização ocorrida em 98. O esqueleto foi o programa de recuperação de bancos públicos, verteu sobre a economia uma grande quantidade de recursos. A dívida dos Estados foi refinanciada, e a União arcou com esse refinanciamento. O fundo de variações salariais do sistema habitacional, outro esqueleto que a União assumiu como sua responsabilidade. Enfim, uma série de decisões tomadas. Boa parte delas necessárias e outras poderíamos até questionar a sua viabilidade política. A indexação da parte da dívida, dos títulos públicos à variação cambial foi uma maneira que teve o Estado para poder vender títulos. Senão, ninguém comprava com aquele processo inflacionário galopante.

No entanto, a preocupação hoje é se a estrutura macroeconômica do País permite o gerenciamento dessa dívida pública de uma maneira racional, de uma maneira mais administrável dentro dos padrões civilizatórios, de tal forma que nem o setor rentista venha ganhar em cima da necessidade de o Estado brasileiro financiar a sua dívida e, ao mesmo tempo — parece-me que é esse o foco principal do Governo —, priorizar as ações sociais que permitam criar um mercado consumidor de massa. Aí, sim, talvez seja esse o grande segmento da sociedade que vem, nesse contexto, ganhando com o equilíbrio macroeconômico. Ou seja, uma ampliação do mercado consumidor de massa permitiu que o Brasil resistisse melhor à crise internacional e mantivesse aquecida a nossa economia.



As decisões tomadas recentemente para poder permitir isso estão dentro daquele receituário possível? Um receituário recomendável para países do porte do Brasil? Tirando aí todas as vinculações ideológicas que a pergunta possa parecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sr. Relator, nossos convidados, agradeço a presença e a contribuição ao Márcio Pochmann e ao Raul Velloso.

Eu queria ser bem objetivo nessa fala porque acho que o que importa é a contribuição dos nossos debatedores hoje. Mas entendo que a principal razão desta CPI — quero dizer aos nossos convidados e ao nosso Relator, em especial — é a seguinte: nós fazemos um orçamento anualmente aqui. E desse orçamento — está aqui a divisão do bolo do orçamento nesse mapinha —, 30,5% e agora, nesse começo de ano, 34% foram dedicados a juros e amortizações da dívida. E ninguém discute isso.

Isso aqui é um tabu. Não há um órgão da mídia que tenha vergonha na cara para falar: *“Olha, entregamos para os banqueiros e para os rentistas 34%”*. O resto é o resto. Não há esse debate.

Nós criamos uma CPI e não conseguimos fazer dela, talvez, um dos fatores de alavancagens mais importantes do Parlamento brasileiro em matéria de seriedade. E quero dizer ao Relator que gostei da pergunta de S.Exa., porque acho que a pergunta é objetiva. Entende?

Aqui, ou nós chegamos a uma auditoria da dívida, porque essa é a razão de uma CPI. E há duas coisas numa auditoria — duas coisas que têm de ser levadas em conta. É uma pergunta que eu já faço aos nossos debatedores. Uma coisa são as escolhas políticas que se faz. A outra questão é que CPI é para investigar também. Então, como foi feita a dívida externa brasileira? Como foi feita a dívida interna brasileira? Como é que ela explodiu? Há ilegalidades? Há irregularidades? Essa é uma questão.

Outra coisa são as escolhas políticas. Pode-se mudar o rumo, pode-se determinar prioridades. O Governo determina a prioridade na correlação de forças e na escolha que faz: ou mais a favor do capital financeiro, de uma lógica de



financeirização da economia; ou numa lógica em que vai levar em conta as dificuldades que existem. Mas ele fala: eu vou dar prioridade para o desenvolvimento econômico sustentável, para a distribuição de renda, para a criação de um mercado de massas no Brasil, e coisas desse tipo.

É por isso... Porque tenho um número aqui. Por exemplo, se o povo tomasse conhecimento desses números, que deviam ir para os canais de televisão no horário nobre para dizer o seguinte: no ano passado, foram 282 bilhões de reais em juros e amortizações. Duzentos e oitenta e dois! Dados do SIAFI. Desse valor, cerca de 140 bi — não sei se é mais especificamente 133 bilhões — foram gastos com pessoal, que é bem maior do que também esse número 282 do que os 197 bilhões gastos com INSS, no ano passado.

Ou seja, aqui os pagamentos da dívida de 2008 equivaleram a 12 vezes o gasto federal com educação — 12 vezes! — e 6 vezes o gasto com saúde. Não há um questionamento. Isso aqui é uma escolha política que se faz. Essa é uma escolha.

Mas eu queria fazer a segunda pergunta. Então, a nossa pergunta é a seguinte: será que nós temos que aguentar um discurso que diz que o problema das contas públicas brasileiras é o gasto com o funcionalismo e com a Previdência e não é o gasto com a dívida? Essa é a pergunta da sociedade.

Nós temos que falar isso: o problema do Brasil é a dívida, não é o fato de ter uma máquina pública funcionando, não é o fato de se ter que garantir a aposentadoria de quem contribuiu com o Brasil na sua juventude, na fase adulta etc. Essa é a primeira questão que eu queria perguntar.

A segunda questão parece-me, assim, complexa. O debate macroeconômico brasileiro colocou conceitos macroeconômicos, Márcio Pochmann. Por exemplo, a questão do superávit primário. Esse termo, que eu tenha conhecimento anterior, não existia. Isso é uma criação. Superávit primário é economizar recursos orçamentários para pagar juros.

Nós chegamos aqui, no começo do Governo Lula, eu me lembro, a pagar — o Palocci — quase 6% do PIB, 5,90, 5,80, um simples executar de 5,8% do PIB para pagar juros. É fantástico! E ainda não cobriu o déficit nominal. Mas isso é uma escolha política. Pode-se mexer nessas questões.



Então, eu queria fazer uma pergunta aos nobres debatedores. Quando eu vejo essa discussão da relação dívida/PIB, esse debate pode ser interessante para a discussão econômica, macroeconômica e entre os economistas em geral. Mas do ponto de vista do que ele reflete em termos de sofrimento para a sociedade, de felicidade para a sociedade etc., ele mascara. Ou seja, na verdade, quando se fala *“a dívida é tanto e eu pago tanto de juros em amortizações e rolagem da dívida”*, isso demanda um esforço monumental que o Prof. Pochmann falou, e quem pagou mais foi a base da pirâmide por meio da carga tributária regressiva, inclusive nossa, até 2 salários mínimos. Isso se traduz na falta de direitos, sofrimentos e tal.

Quando se coloca a relação dívida/PIB, ela é uma relação que diminuiu. Então, isso é bom porque estabilizou a economia, mostra que o País pode pagar etc. Pode pagar, mas à custa de que esforço? E quem paga? Essa é a questão.

Esse número serve a quem? Relação dívida/PIB. Já foi a 59%, hoje, não sei, está quarenta e tantos. Tudo bem. É um dado macroeconômico. Mas o problema não é a relação. O problema é o pagamento dos juros da dívida como prioridade de pagamento religioso no Orçamento. E é por isso que a carga tributária deu um salto espetacular, particularmente no Governo Fernando Henrique Cardoso — particularmente! —, com os juros mais altos do mundo. Prevaleceram por um longo tempo aí, e continuam sendo juros espetaculares.

A terceira questão que eu queria colocar é uma questão em relação à dívida externa brasileira. A dívida externa brasileira hoje existe. Mas há uma questão que é a seguinte: foi colocado aí que ela representa 5%, 6% da dívida pública. Mas há uma questão real: as reservas brasileiras estão em dólares. Que eu saiba, mais de três quartos dessa reserva, cerca de 150 bilhões de dólares, estão em títulos do Tesouro americano, que praticamente não pagam juros, enquanto nós puxamos capital especulativo que circula e pagamos a Taxa SELIC, que é real e deve estar em torno de 6%. Então, a dívida externa, esse mecanismo de manter-se as reservas lá dessa forma, ela dá a sua contribuição, tem um custo para o povo brasileiro também. Eu queria que os nossos debatedores desenvolvessem essa questão. Também há um custo, sim. Agora, para finalizar, ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Para concluir, Deputado.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ... eu quero dizer o seguinte — concluindo, Presidente: a dívida interna brasileira subiu quase 200 bilhões de reais nos últimos 7 meses deste ano — esse é o dado que nós temos —, tendo chegado a 1 e 800 trilhão de reais, incluindo-se aí cerca de 400 bilhões em operações de mercado aberto do Banco Central, que remunera os bancos e os investidores na base da SELIC. Então, eu quero entender o seguinte: como é que nós podemos continuar fazendo essa escolha? Ou seja, pagar religiosamente a dívida, se nós, nesse período, Relator, de 96 para cá, chegamos a pagar entre juros e amortizações quase esse montante, 1.800, e a dívida começou com 60 bilhões no Fernando Henrique — não começou, existia essa dívida, cerca de 60 bi —, e hoje ela está cerca de 1 trilhão e 800! E nós já pagamos quase 2 trilhões de juros no período! Esse dinheiro parece que não é dinheiro. É uma coisa fantasiosa. Isso significaria o que para o desenvolvimento nacional?

É por isso que eu tenho a maior concordância. São as duas coisas.

Olha, no Equador, foi feita uma auditoria da dívida. E a auditoria da dívida constatou imensas irregularidades. E houve uma renegociação com os credores. Argentina também fez uma renegociação com os credores internacionais e nacionais, com títulos, por um quarto do valor de face. E todos aceitaram. Houve uma economia de 70 bilhões de dólares na Argentina. E no Equador 70% ou 69% da dívida foi cancelada por meio de uma atitude política. Por isso que a questão da dívida, Presidente, não é técnica, é política.

Essa é a contribuição que queríamos dar.

Ouviremos os nossos debatedores e agradecemos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Deputado.

A Mesa foi bastante flexível com V.Exa., que é o autor do requerimento da CPI,...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - ... sem nenhuma discriminação com os demais.

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Significando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Gostaria que todos seguissem...



A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Mais objetivos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Queria todo o tempo para si. A ganância é triste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - A Mesa foi flexível porque S.Exa. é o autor, não do requerimento, mas da CPI.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sua generosidade foi excessiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Foi excessiva. Mais excessiva, não é Deputado?

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - Até porque a Deputada tem uma reunião com a bancada feminina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra a Deputada Jô Moraes.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu estou ansioso para ver os requerimentos do Berzoini. Não apareceram ainda. Eu vim aqui para votar. O Berzoini não pôs...

A SRA. DEPUTADA JÔ MORAES - S.Exa. se sentiu contemplado com os nossos requerimentos, Deputado.

Eu acho que o Relator inicia uma pergunta interessante: qual o ponto ideal da dívida pública nas experiências do mundo, como referência para o Brasil? Isso significa que partimos da ideia de que nos Estados um componente da sua dinâmica própria é existirem dívidas. Sobre a dívida dos Estados, jamais chegaremos ao ponto ideal de dívida zero.

O que nos interessa discutir aqui é a natureza dessa dívida, a serviço de que ela se instituiu e o que ela traz como resultado. Porque o problema central que nós vivemos aqui, eu diria, Deputado Ivan, e considero importante a auditoria da dívida, considero importante que se pudesse chegar a uma possível renegociação, mas o mais importante é que se estabeleça que nova concepção tem que se instalar a partir de agora, dessa lógica, porque o País precisa desenvolver e crescer. Para desenvolver e crescer precisa saber quem financiará esse crescimento. Até agora, nós vimos exatamente aí, numa bela formulação do Deputado Paulo Rubem, a extração de renda da sociedade para assegurar o pagamento desse processo de endividamento, que se faz de forma muito perversa. Do que nós precisamos? Nós



vivemos um impasse! Essa política tributária e fiscal que penaliza a sociedade tem um arcabouço jurídico formal que talvez tenha sua expressão máxima na Lei de Responsabilidade Fiscal que criou uma centralização de uma lógica extremamente autoritária de toda a política fiscal do País.

Por isso que eu queria questionar os debatedores: nós vamos ficar reféns dessa política? Nós vamos considerar que a política de juros que defendemos é um mero instrumento para o controle das metas inflacionárias que de repente estamos perdendo ou nós vamos compreender que a política de juros que existe neste País é uma forma de estabelecer quem financia os lucros de alguns?

Então, nós vivemos num arcabouço legal que, parece, é isso que o Deputado Ivan Valente... E nisso eu concordo com S.Exa.: não se discute a política macroeconômica deste País, não se discute se tem de fazer uma reviravolta, uma ruptura, para que efetivamente se possa, no mínimo, descentralizar os custos desse desenvolvimento que nós queremos. Porque no arcabouço legal que nós temos aí e na política macroeconômica que nós temos aí, nós já sabemos quem paga o pouco crescimento que nós estamos realizando. Que bom que nós estamos realizando isso. Mas nós temos de romper com esses mecanismos que estão aí estabelecidos para que possamos efetivamente estabelecer um endividamento a serviço de um desenvolvimento que traz como alternativa um equilíbrio fiscal muito mais adequado socialmente e tributariamente do que o que nós estamos vendo aí.

Então, eu gostaria de saber dos debatedores sobre a possibilidade da discussão da ruptura desses mecanismos que nos engessam a todos e poder estabelecer aqui uma discussão — quem sabe? — de uma nova lógica tributária e fiscal a serviço do desenvolvimento, sem que sejam os de baixo que paguem por esse crescimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputada Jô Moraes, rigorosa na observação do tempo.

O último orador inscrito é o Deputado Ricardo Berzoini, Presidente do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Presidente Virgílio, queria cumprimentar os Profs. Raul Velloso e Márcio Pochmann. Certamente, têm uma contribuição importante para dar a esse debate.



Não quero me alongar, mas acho que uma questão fundamental até para esta CPI ter alguma utilidade para o País e para o povo brasileiro é discutir, primeiro, as origens da dívida pública brasileira e quais os fatos políticos, sociais e econômicos que levaram a uma situação de esgotamento da capacidade do endividamento no final do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Eu me lembro de quando nós estávamos aqui na Oposição, quando tínhamos as audiências periódicas de prestação de contas em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, que o Ministro Malan e o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, vinham a esta Casa, e nós questionávamos sobre a insustentabilidade da política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso. Insustentabilidade que se manifestava nos números. A cada quadrimestre, nós tínhamos uma expansão da dívida interna, quase sempre uma expansão da dívida externa, e o padrão de financiamento dessas dívidas cada vez mais alto em função do próprio risco da insolvência. E nós recebíamos sempre a resposta de que *“não, está tudo sob controle; nós temos condições de sustentar esse crescimento; é fruto dos desequilíbrios internacionais”*. E a nossa contestação fundamental era essa: é preciso encontrar uma estratégia que não seja a privatização, que, por sinal, gerou 100 bilhões de dólares de receita entre privatizações e concessões, mas não abateu a dívida interna. Esse dinheiro sumiu, na verdade, nos altos juros da época, e nós tivemos a perda de patrimônio e o crescimento sistemático da dívida.

Eu quero até dialogar com aqueles que dizem que o Governo Lula deu continuidade à política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso. O Governo Lula, na verdade, rompeu a partir do momento em que decidiu que era preciso atacar o crescimento da dívida interna e que era preciso, via exportação, reduzir a fragilidade cambial e gerar excedentes que pudessem, de um lado, dar sustentabilidade cambial ao País e, de outro lado, viabilizar a acumulação de reservas para melhorar a nossa resistência a choques externos.

A partir daí, nós retomamos a capacidade de buscar um padrão de financiamento para a economia brasileira, que é a preocupação da Deputada Jô Moraes, e para a própria dívida interna, que permitisse que essa dívida não explodisse e que nós tivéssemos uma abertura do mercado de crédito nacional para a demanda de crédito privada para o consumo e para a produção.



Estou dizendo tudo isso pelo seguinte: esta CPI pode contribuir com isso, pode historiar o processo que vem desde o Império de endividamento do nosso País, ou ela pode se prender num debate, que na minha opinião é estéril, sobre a dívida frente aos gastos públicos, que é um debate que está mais do que feito, refeito e consolidado. É óbvio que o endividamento excessivo e o padrão de financiamento insustentável minam os recursos orçamentários para a saúde, para a educação, para a habitação, para o saneamento, para qualquer política pública, porque o Estado, se decidir não pagar...

E foi citado aqui o exemplo da Argentina. É verdade, a Argentina conseguiu uma renegociação, mas na bacia das almas. Com uma perda de 25% do PIB em 2 anos, ela ofereceu o famoso leilão para quem não tem capacidade de pagamento. Não é o caso do Brasil. O Brasil conseguiu superar, com a capacidade do Presidente Lula, do Ministro Palocci, do Presidente Meirelles, no Banco Central, o impasse de 2002, quando a agora Oposição, então Situação, dizia que o Lula eleito iria levar o Brasil à Argentina de La Rúa — tinha até comercial de televisão na campanha. O Lula falou: *“Não, de La Rúa não. Nós vamos buscar a saída sustentável desse processo”*. E nós chegamos a esse ponto em que nós temos hoje uma taxa de juros que não é a dos nossos sonhos, mas uma taxa bastante sustentável. Para baixar mais ainda, tem até que discutir a questão da remuneração da poupança. Vejam só: quando é que nós chegamos a pensar que íamos, no Brasil, ter que discutir a remuneração mínima da poupança, que era um investimento de segunda categoria, e hoje tem gente que tem dinheiro em fundo de renda fixa buscando a poupança, porque tem a rentabilidade mínima de 6% mais a TR.

Então, esta CPI pode dar essa contribuição. E aí a reflexão que eu faço com o Prof. Velloso e com o Prof. Pochmann é justamente sobre essa questão. Nós não estamos discutindo aqui necessariamente, nesta CPI, política econômica ou sequer sobre auditoria de algo que, na minha opinião, já há literatura suficiente para nós estudarmos as origens, os erros e os acertos da gestão macroeconômica que incidiram sobre a dívida pública.

A questão fundamental nossa é fazer, até para as próximas gerações, um criterioso levantamento dos processos políticos e socioeconômicos que levaram a essa situação e como nós fazemos para projetar para o futuro um Estado que possa



ter a capacidade de se endividar sim — porque o Estado se endividar não tem problema nenhum quando há mecanismos sustentáveis de financiamento da dívida.

Foi falado aqui da Itália. A Itália chegou a ter mais do que 100% do PIB de endividamento, mas com um padrão de financiamento que não sufocou as suas finanças públicas. Outros países têm 70%, 50%. O problema é o padrão de financiamento. É a maneira como se gerencia esse processo.

No Brasil, chegou-se a um ponto em que a taxa de juros — não era o problema de combater a inflação, de política monetária em relação ao processo inflacionário — era um problema de captação de recursos exteriores para fechar as contas do País. Isso aconteceu na privatização do BANESPA, por exemplo. Faltavam 3,5 bilhões de dólares para fechar as contas públicas. E, milagrosamente, o Santander, com mil promessas futuras de tratamento privilegiado, ele pagou exatamente 3,5 bilhões de dólares pelo BANESPA. Foi a maior coincidência econômica da história do País. Faltavam 3,5 bilhões de dólares para fechar as contas, e apareceu um lance de 3,5 bilhões de dólares. Depois, uma série de benesses que o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional deram para o BANESPA, para o Santander, *a posteriori*.

Mas o que eu quero dizer é isso: no Brasil, nós temos que fixar, a partir desta CPI, se ela tiver a utilidade que eu imagino que ela tenha, fixar, por exemplo, recomendações para o Banco Central, para o Ministério da Fazenda e, eventualmente, formular projetos de lei e de emenda constitucional que possam assegurar que a questão da responsabilidade fiscal não se limite à gestão do orçamento primário, mas que ela também estabeleça limites para o endividamento e o pagamento de juros para a rolagem da dívida pública, obrigar os gestores da economia brasileira a terem um outro tipo de abordagem.

E vamos verificar nessa história da dívida, para concluir, Sr. Presidente, nós vamos verificar o seguinte: tem a fase da quebra da crise do petróleo, tem a fase dos equívocos dos planos de combate à inflação, foram vários planos equivocados, tem o próprio Plano Real, que, embora bem-sucedido na redução de inflação, teve um custo inimaginável para o País do ponto de vista patrimonial — isso tem que ser identificado pela CPI —, tem os equívocos que foram cometidos em relação ao sistema de metas de inflação. Eu não sou contra o sistema de metas de inflação,



mas eu sou contra determinadas formas de gestão desse sistema de metas. Por exemplo, em 2005 — e eu critico, critiquei, na época era Ministro do Trabalho e critiquei —, a obsessão em manter a meta de inflação em determinado patamar. Num momento de alta mundial de *commodities*, especialmente do petróleo, nós forçamos o COPOM a manter uma política monetária mais restritiva do que precisava manter. Isso tem um custo para o País também.

Então, vamos fazer aquela CPI para evitar o enfrentamento partidário, que pode levar ao impasse na CPI. Vamos fazer uma CPI levantando os fatos, quantificando e estabelecendo o que pode ser projetado para o futuro, Sr. Presidente, de medidas que possam evitar que o Brasil, outras gerações paguem um custo tão elevado por aquilo que tivemos de erros, especialmente na década de 80/90, quando está o grosso da formação da dívida interna brasileira e da fragilidade externa do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Deputado Berzoini.

Não havendo mais oradores inscritos, passarei a palavra já para os expositores. Primeiro, Dr. Raul.

Gostaria de usar a palavra, Deputada? (*Pausa.*) Não.

Com a palavra o Dr. Raul Velloso.

O SR. RAUL VELLOSO - Muito bem. Eu vou pedir desculpas antecipadamente pela impossibilidade de cumprir uma gama de temas e aspectos tão amplos, como foi levantado aqui. Impossível, eu acho, para qualquer comentarista, principalmente com a limitação básica que eu tenho de ser apenas técnico. Não será uma resposta, obviamente, somente técnica. Eu não vou poder entrar no debate político, nem me cabe. E eu sei que nem os senhores estão esperando isso de mim. Mas eu acho que aqui nós levantamos vários pontos interessantes. Eu percebo a indignação em várias das colocações em relação à questão do custo da rolagem da dívida, dos juros elevados, do serviço da dívida. É uma indignação até num texto do IPEA, que foi mencionado, num valor bastante expressivo, que o Deputado Valente mencionou. Então, há um ponto que me parece fundamental para comentar, é esse do valor bastante elevado do serviço da dívida que nós estaríamos pagando. E muito próximo dele é esse ponto do tamanho ótimo



do endividamento, que o nosso nobre Deputado Novais levantou, que levanta a preocupação: *“Puxa, será que a gente sabe aonde vai parar, onde deveria ter parado?”*

Eu vou começar por esses 2 pontos. Eu registrei todos e aos poucos vou tentar cobrir um a um. A questão da indignação com o tamanho do serviço da dívida eu acho que todos nós, brasileiros, políticos, técnicos compartilhamos dessa indignação. Realmente é um valor muito expressivo.

O esclarecimento que eu vou fazer aqui é o seguinte, um cuidado que eu acho que a gente deve ter, um esclarecimento técnico, é que a gente deve distinguir entre serviço da dívida devida e paga, porque ouço a menção como se essas duas coisas fossem exatamente a mesma, o tempo inteiro. Não somente aqui, mas em muitos lugares. Muitas vezes o que é mencionado como um valor muito elevado é o devido e não é o pago. Então, se a gente, quando compara o serviço da dívida com outros itens do gasto, a gente deveria comparar pago com pago e não devido com pago. Esse é um ponto.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É o que nós colocamos, é o serviço pago.

O SR. RAUL VELLOSO - Eu entendi devido, pelo valor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É o pago.

O SR. RAUL VELLOSO - Pago? Só para ir na questão técnica, Deputado, o pago é o próprio superávit primário. O que se paga é o próprio superávit primário. Então ele tem de coincidir com o valor do superávit primário. Aliás, por definição, superávit primário é a parcela da receita que é usada para pagar uma parcela do serviço da dívida.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RAUL VELLOSO - O superávit é o pedaço da receita que você paga dos juros devidos da dívida. Isso é que é o superávit.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RAUL VELLOSO - Isso. O déficit nominal é a diferença entre os juros e o superávit. Então, o que eu quero dizer com isso é que uma parte fica incorporada no estoque da dívida e a outra é paga. Então, quando eu comparar uso A, B, C do Orçamento, eu tenho de ter só pago, pago, pago e, no caso do serviço da dívida, eu



tenho de colocar o superávit primário. Ele tem, entre outras finalidades, esse conceito, essa utilidade, porque, na hora em que for fazer a decomposição, a gente tem de pôr a receita pública e decompor com os vários itens do gasto e o superávit primário. E aí, nessa hora, vai se ver que o que é pago é muito menor do que normalmente aparece e se imagina. É claro que tem um pedaço que vai ser incorporado à dívida e é um problema que vai ficar para o futuro, para gerações. Só que esse, no futuro, pode não ser pago. Vamos imaginar que, mais adiante, só para exemplificar, se dê um calote na dívida. Aquele pedaço que foi incorporado não vai ser pago. Ou, então, se a inflação acelera e corrói a dívida, ele foi incorporado e não será pago. Apenas é uma questão que eu acho que é importante a gente esclarecer. E eu até tenho aqui... É uma pena que a gente não pode, não tem o tempo suficiente para esclarecer, mas, durante algum tempo, eu fazia o meu gráfico de decomposição do Orçamento pago executado e eu colocava o superávit primário como um pedaço do uso da receita, que é assim que tem de fazer. E ele não chega... O superávit primário que se paga não chega a 13% da receita. Então é para dizer — eu não estou querendo minimizar o problema — que eu acho que a gente tem de tecnicamente usar conceitos corretos.

A outra coisa que eu queria aproveitar e acrescentar — é uma pena que não dá para apresentar aqui — é que, se eu pegar o gasto, excluindo o pagamento do superávit primário, que representa mais ou menos 13% da receita, e olhar os 87% que sobram e decompor nos vários usos, a gente vai ver que nos últimos anos — é uma coisa que não foi colocada aqui e não sei se deveria —, nós fizemos uma completa reestruturação do gasto em favor de certos segmentos que são os segmentos que ouvi aqui nas colocações e que são aqueles que os senhores e muita gente no Brasil gostariam de ter esse segmento com um peso cada vez maior.

Então, eu fiz aqui uma comparação para dar uma noção e até tranquilizar um pouco os senhores em relação à destinação do dinheiro público. Eu comparei 1987 com 2008 e tem um item aqui que eu chamo benefícios assistenciais e subsidiados, que são basicamente transferências totalmente financiadas pelo Tesouro ou parcialmente. Esse item, que não é nunca apresentado assim no Orçamento... E eu tenho certeza de que se o senhor visse aquele documento, que eu não sei qual é, apresentado dessa forma, o senhor, por exemplo, e os outros senhores ficariam



muito mais felizes ou menos preocupados, ele mostra que esse item aumentou de 3% do total do gasto em 1987 para 24,5% no ano passado.

Houve uma mudança estrutural muito importante que não é percebida. Ou seja, o que eu quero dizer é o seguinte: por pior que seja a gestão da dívida, por mais elevados que tenham sido os juros nesse período... E aí pode ter erro técnico, eu não vou entrar e já menciono a questão da auditoria, não é meu departamento discutir uma auditoria para encontrar irregularidades, sinceramente eu não tenho contribuição a dar, mas eu acho que uma discussão que pode ser feita e ela pode ser útil para o futuro é discutir se a política monetária seguida é uma discussão puramente técnica. É a melhor ou a única que havia ou haverá nos próximos anos. Aí é uma discussão técnica. Aí pode ter havido erro. E nesse sentido o senhor tem razão quando diz que se aparece um número de juros no Orçamento, como é que o Congresso não pode perguntar isso. Ele tem de se aparelhar tecnicamente e ele tem assessorias e pode chamar quem ele quiser aqui para discutir e discutir esse assunto. Será que só existe essa política macroeconômica para ser seguida, não tem uma outra? Mas aí eu já lhe dou uma certa... Sou para lhe dizer o seguinte, Deputado, o problema não é tão feio como parece à primeira vista.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, é mais feio, Dr. Raul.

O SR. RAUL VELLOSO - Não, não é mais feio. Sinceramente não é.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É mais feio do que parece inclusive.

O SR. RAUL VELLOSO - Estou lhe dizendo tecnicamente. A outra coisa que eu queria também dizer no sentido de esclarecer e trazer um pouco menos de angústia é que nós estamos vivendo uma tendência nítida e eu checo isso com observadores internacionais o tempo inteiro. Queria trazer isso aqui para os senhores, deixar já registrado, tem a ver com a preocupação da Deputada que mencionou uma preocupação e que essa me parece a preocupação mais relevante, que é a preocupação de como é que nós vamos passar a crescer bem mais do que a média mundial nos próximos anos. Como é que nós vamos investir bem mais, para crescer mais. E muitos dos problemas que nós estamos levantando aqui só se resolvem com maior crescimento. E nisso é que nós precisamos jogar um pouco o nosso foco. Mas eu queria dizer que nós estamos claramente, independentemente



da crise, numa trajetória de queda firme da taxa de juros real do Brasil para os próximos 4, 5, 6 anos.

Apenas para dizer que o contexto futuro, gente, é muito diferente do contexto passado e isso não podemos esquecer. Eu não sei o que é que do passado que nós precisamos trazer para discussão. Certamente, coisas tem de ser trazidas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vou dar um exemplo. Precisa trazer do passado porque é que o Brasil aceitou pagar juros flutuantes na dívida externa. Aquilo é criminoso.

O SR. RAUL VELLOSO - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Por que o Brasil aceitou ter conta CC5, que até hoje vige. Presidente do Banco Central, isso precisa ser investigado.

O SR. RAUL VELLOSO - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso aí é lavagem de dinheiro para o exterior, isso é dívida também.

O SR. RAUL VELLOSO - Perfeito, mas esse não é o meu departamento. Eu acho que se o senhor quiser fazer uma discussão desse ponto específico, tudo bem, mas o que eu posso contribuir com os meus esclarecimentos puramente técnicos, sinceramente, é isso. Desse ponto de vista do uso dos recursos públicos — eu sei que é uma preocupação importante —, eu estou esclarecendo que o que se paga é bem menos do que o que se incorpora à dívida e que pode ser comparado. O número do Orçamento muitas vezes é um conceito em que está incluída aí uma parcela da amortização, que depois vai ser naturalmente rolada.

Apenas quero chamar atenção que precisamos olhar melhor essa decomposição. E eu, no que eu puder ajudar posteriormente para esclarecer, coloco-me inteiramente à disposição, porque esse é o meu dia a dia. Isso para mim é o meu dia a dia, procurar esclarecer isso.

Outro ponto que eu queria chamar atenção, voltando à história da auditoria, Deputado, é o seguinte... A resposta à sua pergunta eu acho que deve ser a seguinte: a dívida é tanto maior quanto menor puder ser a taxa de juros. Se nós podemos ter uma taxa de juros, ou melhor, um custo implícito da dívida baixo, a dívida pode ser imensa. Por que a Itália e outros países têm taxa de juros altas e têm dívida alta? Porque a taxa de juro é baixa. Então, quando se tem uma dívida



alta, mas uma taxa de juro baixa, pode-se administrar essa dívida com muito maior facilidade, com muito menor superávit, e mesmo crescendo pouco.

Eu, sinceramente, sou muito otimista em relação ao futuro do Brasil. E digo para os senhores: nos próximos anos... E aí eu quero registrar o meu reconhecimento das políticas macroeconômicas, estou falando técnicas, seguidas pelos 2 Governos, apesar de saber que os partidos querem acentuar as diferenças. Eu não consigo ver tantas diferenças. Eu acho que nós estamos caminhando numa rota que é a rota de colocar o Brasil crescendo muito mais do que ele crescia, principalmente e independentemente dos partidos, dos governos. Principalmente se nós conseguirmos abrir o caminho da recuperação dos investimentos.

Então, para concluir, eu diria, eu acho que está na hora de eu concluir, infelizmente, como eu disse, são muitas perguntas, mas eu queria encerrar dizendo isso: a dívida pode ser maior se a taxa de juros for menor. A dívida diminuiu e a taxa de juros está diminuindo. Eu acho que nós estamos indo para um caminho que vai nos levar a bons resultados no futuro. Se puder, eu ainda desenvolvo alguns pontos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Dr. Raul Velloso.

Esta luzinha piscando aqui, para quem não sabe, é que já começou a Ordem do Dia. Mas vamos ouvir ainda o Dr. Márcio Pochmann, para suas observações finais. E depois, ao final, eu vou ler a lista aqui dos nossos convidados presentes. Antes concedo a palavra ao Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO POCHMANN - Muito obrigado. Agradeço as considerações e questões feitas aos Srs. Deputados.

Eu vou sintetizar. Na verdade, eu não sei se se pode dizer como resposta, mas, enfim, uma tentativa de trazer alguns elementos referentes ao conjunto de aspectos levantados pelos Srs. Deputados basicamente em 2 pontos. O primeiro é no que concerne a temática da dívida pública. A economia pressupõe o componente de endividamento, seja privado, seja público. Ele é um instrumento que pode ser positivo ou negativo. Isso depende, evidentemente, da finalidade que se utiliza da dívida pública. As saídas de crise do capitalismo só se fizeram com o aumento da dívida pública. Então, é excelente poder saber que tem esse instrumento a ser utilizado. Quer dizer, sem a possibilidade de se utilizar da dívida pública com o



mecanismo de antecipar receita dos setores sociais que possuem um excedente de renda e que não vão gastar um consumo, porque já dispõe dele em quantidade expressiva, o endividamento, portanto, é uma possibilidade de absorver esse excedente de recursos e utilizá-los com determinadas finalidades que imaginamos ser aquelas que procuram o bem-estar da população, o aumento da atividade econômica. Mas é evidente que também a dívida pública pode ser utilizada para outras finalidades. E, no meu modo de ver, tivemos uma experiência no Brasil, nas duas últimas décadas, em que o recurso, o endividamento serviu para outros propósitos que não fazer com que a economia crescesse e ampliasse as oportunidades para a população brasileira. Pelo contrário, a situação da macroeconomia financeira brasileira asfixiou as possibilidades de expansão.

Então, entendo que a temática da dívida ela é polêmica, do ponto de vista político, mas me parece algo necessário numa democracia. Infelizmente, o nosso País não tem tradição democrática. Nós somos uma nação com mais de 500 anos de história, e não temos 50 anos de democracia. Acredito justamente que, quando se levanta o aspecto da auditoria da dívida, talvez não seja comum a sua realização no nosso Parlamento.

Mas eu queria dizer, do ponto de vista da administração privada ou pública, auditar é algo de uso recorrente na avaliação, no monitoramento das ações do setor privado, do setor público. Isso é um elemento intrínseco, necessário à avaliação do que se está fazendo. Então, isso é algo recorrente, e acredito que a auditoria de uma dívida, assim como auditorias que nós fazemos nas diversas políticas... Há uma auditoria em relação ao gasto pessoal. Nós estamos gastando bem ou gastando mal o recurso? É verdade que o Brasil tem marajás? Quando vai olhar os dados, não aponta isso. Mas, então, auditoria serve para, nesse sentido, dar transparência ao uso de recurso público, recurso que é oriundo justamente da tributação da população brasileira, especialmente da sua base da pirâmide social.

Então, acreditamos, que, assim, que há uma exigência da sociedade para que nós monitoremos o uso das políticas públicas. Será que o recurso gasto na educação está sendo bem gasto? Será que não poderia ser gasto de uma maneira melhor, do ponto de vista da qualidade do gasto brasileiro? Acredito que é plenamente realizável uma auditoria com essa perspectiva. A qualidade do gasto



público no serviço do endividamento é bom ou é ruim? Evidentemente que tem propósitos positivos, mas será que eles são maiores daqueles efeitos negativos?

Então, Srs. Deputados, não me parece nada de anormal a realização dessa auditoria, lembrando mais uma vez que a sua finalidade terá propósito maior de permitir conhecimento acerca do uso desse recurso. Quem está sendo beneficiado? É uma coisa que nós não sabemos. No Programa Bolsa-Família sabem quem são os beneficiados. É até uma cobrança se esse recurso leva ou não leva à inatividade, está certo? Agora, um programa que gasta 6%, 7% do PIB ou 5%, quem são os beneficiários? Os beneficiários estão sendo estimulados a usar bem esses recursos do ponto de vista do propósito de um país? É o que certamente uma investigação a respeito da sua origem, como bem aqui foi levantado, as opções que o Brasil fez, até para aprendizagem para os próximos gestores, para os próximos administradores brasileiros terem a história como uma experiência para suas decisões.

Não é uma discordância, mas eu acredito que olhar apenas o superávit primário como elemento de esforço relacionado ao que estamos pagando com a dívida é uma maneira, me parece, muito restrita, porque, quando se lança um título público, portanto, se captura recursos do setor privado, essa captura pode ser utilizada para financiamento do gasto público não financeiro, uma despesa em educação, pagamento de pessoal, ou pode ser utilizado para pagamento da dívida.

Então, ele, na verdade, precisa ser ampliado, ao meu modo de ver, para não ficar prisioneiro apenas do superávit primário. Acredito que há, evidentemente, outras pressões que fazem com que o compromisso público, do ponto de vista do seu orçamento com a dívida, não está apenas e tão-somente no superávit primário, porque ele condiciona, a dívida condiciona as opções que se pode fazer do ponto de vista da política macroeconômica. Não é problemática, de certa maneira, o tamanho, mas evidentemente que um tamanho muito superior ao PIB, que é a sua capacidade de geração de riqueza, não demonstra ser uma boa opção, mas evidentemente que a questão mais preocupante é como se administra essa dívida. E como aqui já foram levantados os aspectos do comportamento do PIB, as taxas de juros, taxas de câmbio, etc...

Algo que eu gostaria ainda de ressaltar, quer dizer, as opções que o Brasil tem. As opções eu acredito que estão se conformando do ponto de vista da



construção de uma maioria política no Brasil, maioria essa que infelizmente foi maioria compromissada com o desenvolvimento brasileiro, que foi, de certa maneira, fragmentada, desestruturada com a crise da dívida externa.

Nós tivemos, durante 50 anos, uma expansão econômica significativa, dos anos 30 aos anos 70, e ali teve uma maioria política que foi construída a partir da Revolução de 30. Essa foi uma maioria política muito ampla, que tinha representantes de partidos ou de vinculações ideológicas comunistas a fascistas. Foi uma maioria que não necessariamente foi democrática, porque também tivemos períodos autoritários, mas uma maioria cujo objetivo era transformar o País, engrandecer o País. E os dados apresentados anteriormente apontaram nessa perspectiva. A maioria política que administrou o País nas últimas 2 décadas não tinha esse mesmo propósito, porque o Brasil regrediu do ponto de vista relativo a outras nações. Imaginamos, sim, que há os sinais — e concordo com o Sr. Velloso que as opções que o Brasil tem para tomar para frente são muito melhores daquelas que anteriormente vinha encaminhando. Agora, isso fundamentalmente dependerá de qual maioria política administrará as opções brasileiras, porque na democracia não há alternativa que não seja pela política o melhor exercício da política econômica e social.

Muito obrigado pela oportunidade. Deixo aqui mais uma vez as considerações de apoio ao trabalho desta CPI, assim como dos demais Deputados, através do IPEA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Prof. Pochmann.

Aproveito então, antes de encerrar, para agradecer a presença às entidades que nos dão o prazer de acompanhar a CPI, que é o ANDES, a entidade dos docentes das universidades federais; o SINDECON, que é o Sindicato dos Economistas do Distrito Federal; o SINASEFE; SINDIFER; SINDIFISCO do Mato Grosso do Sul; o INESC, Instituto de Estudos Socioeconômicos; o CONFEA, Conselho Federal de Engenharia; o Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte; a FENAFISCO; o SINAT, são dos fiscais do trabalho; e o MTL, Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, a quem agradeço também a presença.

Muito obrigado a todos pelo prestígio que têm trazido a nossa CPI.



Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se na próxima quarta-feira, às 14h30min, em plenário a ser definido.

Está encerrada a presente reunião.